

ITE POLITICAS
ADE PUBLICAS
E SOCIOLOGIA
LRA CIDADDE
CA EDUCACÃO
VERO TRABALHO
ERICA LATINI
ANCIPACAO
DIA ESCOLA
RUAS
CIDADANIA
IREITOS
SMO HUMANOS

PENSAMENTOS INQUIETOS

ORGANIZADORES: PAULO PEIXOTO DE
ALBUQUERQUE E THIAGO VIEIRA PIRES



CASA LEIRIA

Paulo Peixoto de Albuquerque
Thiago Vieira Pires
(Organizadores)

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS INQUIETOS

Casa Leiria
2018

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTOS INQUIETOS

Organizadores: Paulo Peixoto de Albuquerque e Thiago Vieira Pires.

Diagramação: Casa Leiria.

Capa: Marcelo Spillari Viola.

Revisão: Eliana Rose Müller.

Os textos e as imagens são de responsabilidade dos autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

S678 Sociologia da educação: pensamentos inquietos [recurso eletrônico]. / organização de Paulo Peixoto de Albuquerque, Thiago Vieira Pires. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

ISBN 978-85-9509-035-4

1. Sociologia da educação. 2. Sociologia educacional. 3. Educação – Aspectos sociais. I. Albuquerque, Paulo Peixoto de (Org.). II. Pires, Thiago Vieira (Org.).

CDU 37.013.42.

Catálogo na publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973

CAPÍTULO 4

Sociologia da Educação no Brasil: Uma possível Introdução

*Paulo Peixoto de Albuquerque
Carmen Lucia Bezerra Machado*

Introdução

“Quem conta um conto, aumenta um ponto”.
(Ditado popular).

A frase inicial que abre este artigo deve ser entendida como disparadora desta reflexão que, ao articular áreas de conhecimento aparentemente tão distintas – sociologia e educação – busca evidenciar uma convergência de fundo político e uma posição frente às mudanças propostas por um determinado modelo de civilização que, no Brasil, se caracteriza como centrada no mercado e politicamente liberal. Não há como hesitar: é preciso ter presente que, nas sociedades, aquilo que é visto como “natural” é apenas uma forma (histórica) de organizar um projeto educacional e por extensão a vida.

No Brasil, a sociologia da educação historicamente teve como pretensão lidar com as tensões existentes entre educação-poder-transformação, ou seja, buscou refletir sobre as diferentes dimensões e desdobramentos que a educação propõe: os dilemas éticos, políticos e epistêmicos, para além da pretensa possibilidade de oportunizar a ascensão social.

Sendo assim, se faz necessário explicitar os constructos teóricos, as balizas do pensamento sociológico de modo a compreender no espaço da educação quais foram às ênfases explicativas de um processo que é resultado de uma construção social complexa, onde coexistem realidades não lineares e paradoxais que são percebidas de modos diferentes em função dos pressupostos ideológicos de quem realiza a análise.

Por isso, este artigo busca trazer fragmentos do pensamento (a concepção de educação ou o que podemos deduzir de seus escritos sociológicos) de Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Paulo Freire, Demerval Saviani, Maria Alice Forachi, e Tomaz Tadeu da Silva.

A pretensão de relacionar pensadores tão diferenciados está na razão direta de que avançar no sentido de um maior entendimento da educação enquanto processo aberto e plural é importante na medida em que se apresentam como possibilidade de um pensar interrelativo.

Se educação pode ser a chave para uma melhor compreensão do mundo e da vida em sociedade, esta mesma educação, se não pautada pela crítica, pode ser apenas exercício lógico e redundante de transmissão/reprodução de conhecimentos que tem por resultado: indivíduos "adequados" a um modo de produção, a fazer parte de um grupo que reproduz conexões históricas e a manutenção de relações sociais de exploração produtoras de desigualdades.

Muito mais do que fazer conexões históricas ou acompanhar as sinopses apresentadas pelas mídias e/ou das respostas que derivam de experiências pessoais que podem ser balizadas pelo folclórico ou pelo bizarro, evidencia-se a necessidade de extrair da realidade elementos para um entendimento do que o social expressa.

É importante destacar que o recorte proposto se dá a partir dos seguintes elementos:

- a) que a percepção da realidade só é possível a partir dos outros onde o si mesmo está incluído;
- b) que os obstáculos (na perspectiva de Bachelard) são necessários e se apresentam como pressuposto da relatividade e de consensos provisórios;
- c) que na mudança das condutas habituais propostas pela educação estão as possibilidades para um agir diferente;
- d) que no reconhecimento dos demais como seres autônomos (diversidade) é possível breçar a deterioração a que estão submetidas algumas das dimensões mais significativas de nossa vida: trabalho, educação, direitos, ética, respeito e dignidade.

Nesse sentido, a hipótese de trabalho: articular – sociologia e educação – é muito mais do que um exercício lógico intelectual. Aponta para uma dupla exigência: 1) reconhecer que por meio da leitura sociológica do trabalho educativo emerge a possibilidade do sujeito que aprende a se reconhecer como sujeito digno e igual, apesar das diferenças econômicas ou subjetivas e da diversidade cultural; 2) e que, nas relações sociais propostas pela educação, está o germe de uma cultura de direitos que faz recuar a barbárie – exclusão social, sem o qual o indivíduo fica condenado ao desespero que o impele a recorrer à violência.

Entendemos que pensar sociologia e educação supõe a construção de consensos – ou o que Kant chama de “pensamento ampliado”; é possível quando uma reflexão não se reduz ao “pensar por si mesmo”, mas que se abre – pensa o caráter coletivo, comunitário e social.

Os pensadores apresentados foram escolhidos porque apresentam suas propostas de compreensão da educação, mas também porque apresentam a sociologia, não só como área de conhecimento singular que não fica apenas na aparência e na fragmentação dos conceitos, mas que se pretendem universais.

Ter como “moldura” analítica o pensamento destes autores permite ter presente os elementos constitutivos de um modo de ver/ser nas realidades da Educação brasileira, em movimento. Sabemos que todo recorte é uma arbitrariedade, mas este é um risco que corre todo aquele que faz escolhas, principalmente diante da riqueza de linhas de pesquisa e da pluralidade de enfoques analíticos, bem como da existência de diversos grupos de pesquisa dedicados a essas temáticas. Aliás, toda escolha não responde apenas a imperativos técnicos, pois esses respondem a uma dimensão que é política.

Na moldura histórica: Os dilemas éticos, políticos e epistêmicos daquele que ensina

A história da sociologia da educação no Brasil deve ser pensada a partir das disputas em torno dos projetos e/ou das formas de organizar o sistema educacional do país. Precisa ser pensada como uma disputa ideológica entre

defensores do ensino público e laico (de concepção francesa e republicana) e do ensino privado e religioso (de concepção europeia, e, no século XX, pró norte-americana e conservadora).

Nesta disputa, destacou-se nos anos 30 o movimento da Escola Nova, tendo por meta transformar o país, através do sistema de ensino, desde que fossem seguidos os critérios e princípios científicos no planejamento da educação. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita, Paschoal Leme, Cecília Meireles, Delgado de Carvalho foram aqueles que firmaram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, documento de defesa de reforma educacional que enfatizava a educação pública, gratuita e laica.

Entre os anos 1920 e 1945 a produção na área de conhecimento da sociologia da educação se caracterizou e ficou conhecida, muito mais pelo trabalho individual dos pesquisadores do que pelo trabalho desenvolvido pelas universidades. Tal fato derivava da fragilidade do ensino da sociologia nas universidades. Neste período os trabalhos clássicos de Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil), Gilberto Freyre (Casa Grande e Senzala), Caio Prado Junior (História Econômica do Brasil, 1945) e Roberto Simonsen (História Econômica do Brasil, 1932) são redigidos e socializados.

O período de 1945-1964 traz à sociologia da educação outra dinâmica, isto é, o discurso nacional-desenvolvimentista, ao ressignificar o papel do Estado, dá ao sistema educacional um papel estratégico no rompimento com a lógica social que pautava o período sociopolítico anterior. Nele a "questão social" passa a ser fundamental e temáticas como: industrialização, urbanização, imigração, mudança social, relações raciais, partidos políticos e aspectos específicos como a institucionalização de um sistema educacional brasileiro passam a ser necessários para compreender o país e a sociedade. O contexto sóciopolítico marcadamente descontínuo e centrado em mudanças políticas, tem seus desdobramentos neste pensar.

O período que vai de 1964 a 1979 pode ser caracterizado como sendo aquele em que o pensar foi estrangido, não só pelo controle da liberdade acadêmica das universidades, na cassação ou aposentadorias compulsórias de inúmeros professores universitários, mas pelo esvaziamento do

espaço acadêmico como lugar privilegiado para se pensar educação e sua relação com a política.

É somente na década de 1980, com a redemocratização do país, que pouco a pouco a temática da sociologia e da educação passam a materializar-se nos trabalhos dos docentes, dissertações e teses sobre as diversas interfaces entre educação e sociologia. Nesse sentido, o GT Educação e Sociedade da ANPOCS, criado na década de 1980, não só permitiu a visibilidade desta temática como também garantiu um espaço de legitimidade junto aos cientistas sociais.

Situar este contexto histórico permite avançar para uma maior compreensão deste movimento e apresentamos a seguir alguns autores que foram fundamentais para pensar uma sociologia da educação brasileira.

Anísio Spínola Teixeira (Caetité, 12/07/1900 – Rio de Janeiro, 11/03/1971)

Anísio Teixeira, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932, defende a educação integral, organiza a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do pessoal do Ensino Superior), com o objetivo de tornar esse órgão o responsável pelas pesquisas e estudos que assegurariam a fundamentação científica da política educacional do Estado brasileiro e no Ministério de Educação e Cultura – MEC. No projeto este órgão teria por objetivos: fomentar as ciências sociais, ainda incipientes no país e proporcionar aos cientistas sociais condições para a análise e estudo dos problemas educacionais. Como coordenador do INEP objetivou *fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil*, de 1952 a 1962. Foi fundamental para que a sociologia da educação ganhe outro estatuto junto aos professores em sua formação como aos pesquisadores.

Fernando de Azevedo (São Gonçalo do Sapucaí, 02/04/1894 – São Paulo, 18/09/1974)

Um dos idealizadores do ensino público e laico no Brasil, sua concepção de educação pautava-se no pensamento liberal-democrático na educação, em defesa de uma escola pública para todos, com o objetivo de alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios.

Sua sociologia buscava analisar a realidade a partir da história do Brasil e nela identificar as formas de pensar dos grupos e classes sociais brasileiras, as relações e a organização da sociedade, bem como questionamentos a respeito do modelo de capitalismo dependente que se instalara no Brasil.

Florestan Fernandes (São Paulo, 22/07/1920 – São Paulo, 10/08/1995)

Para Florestan Fernandes a discussão da educação no Brasil se apresenta como um "dilema nacional", que deve ser pensado, conjuntamente, com todo o processo acelerado do desenvolvimento democrático nesse período do país. Com os sistemas escolares já institucionalizados e a implementação curricular e pedagógica de diferentes formas de ensino, uma das preocupações desse autor passa a ser a reflexão do papel do cientista social ou sociólogo na educação e qual a necessidade da sociologia.

Ao analisar a educação brasileira, Florestan Fernandes (1966) compreende que ela se mantém como um privilégio social e como um fator estático e neutro, que não beneficia o desenvolvimento democrático do país. Para ele, povos modernos tem no desenvolvimento da educação escolarizada e, em sua organização, uma das ferramentas necessárias para o seu crescimento.

A ciência e a tecnologia científica revolucionaram, por sua vez, as bases materiais e morais da existência humana. Elevaram, simultaneamente, o padrão de conforto e o nível de aspiração do homem, fixando alvos completamente novos para o processo educacional. [...] Por isso, os influxos da ciência e da tecnologia científica sobre a educação parecem mais profundos. Ambas requerem um complexo tipo de ensino, que ajuste os processos educacionais à natureza do pensamento científico e às funções da ciência e da tecnologia científica no mundo em que vivemos. Isso equivale a dizer que elas apelam para uma filosofia da educação com um padrão de humanismo próprio (FERNANDES, 1966, p. 102).

Um dos pressupostos básicos do seu pensar enfatiza o agir docente ou o projeto político pedagógico. Segundo ele, deve haver uma percepção clara da diferença de objetivos entre pesquisa (fazer crescer o saber) e ensino (fazer crescer

o aluno), assim como da natureza propriamente pedagógica dos processos de ensino-aprendizagem. Tal percepção implica na explicitação dos dilemas ético, político e epistêmicos que tencionam o fazer daquele que ensina, pois educar é muito mais do que impor a organização dos conteúdos.

A educação, para Fernandes (1996), apresenta-se como um processo que visa à transformação interna dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente, mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais. Nesta perspectiva educação pode ser compreendida como uma segunda natureza construída sobre a base da primeira natureza transmitida por códigos genéticos e pela tradição espontânea. Esta segunda natureza construída e/ou proposta pela educação não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'. Trata-se, sobretudo, de difundir criticamente as verdades já descobertas.

Assim sendo, ao socializar o conhecimento pela educação, se evidencia a responsabilidade social, o compromisso educativo que busca através da prática educativa, da produção científica, da militância transformar o social a fim de dar conta dos dilemas de ordem intelectual e moral da sociedade brasileira.

O professor em sala de aula necessita estar atento não apenas a ensinar sua disciplina, mas também a entender como os espaços educativos formais (escola) participam da formação dos alunos para a sua inserção no meio social. Assim, a educação não se faz apenas nos espaços escolares, mas a partir do conhecimento de todos os fatores sociais que constituem e consolidam nas salas de aulas um modo de ver o mundo e a vida.

Octavio Ianni (Itu, 13/10/1926 – São Paulo, 4/04/2004)

Para este pensador a compreensão das relações entre sociedade civil e Estado só é possível a partir da questão social; faz uma análise histórica do processo de construção da questão social brasileira e sugere que uma compreensão ampliada do tema só é possível quando os aspectos econômicos, políticos e sociais são examinados. Na sua análise da

realidade brasileira, aponta a existência de dois Brasis: um arcaico, lento, atrasado, com uma economia de subsistência, rural, entre outras características, e outro, moderno, veloz, tecnológico, industrializado. Paradoxalmente estes dois Brasis não se excluem, pelo contrário, necessitam um do outro para a continuidade das relações intrínsecas. Sua análise reforça que está na questão social e de suas manifestações a possibilidade de transformar as distâncias entre os "segmentos" ou camadas sociais.

Nesta ótica, os movimentos sociais são forças dinâmicas que tem a capacidade de equilibrar as relações entre Estado-Sociedade-Capital. Sindicatos, partidos são as organizações que na sociedade tem a possibilidade para ressignificar aspectos fundamentais da vida e para a convivência na sociedade – alimentação, saúde, habitação, educação, etc.

Para este autor "A luta na qual estamos engajados é de natureza política e em âmbito político, mas não é claro se o futuro será de liberdade econômica, social, individual e política" (O príncipe eletrônico, p. 12, n. 4, enero/junio 2001 Revista IFCH).

Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19/09/1921 – São Paulo, 02/05/1997)

A produção teórico metodológica de Paulo Freire pauta-se pela abordagem dialética que tem no tensionamento da realidade daquele que apreende seu ponto de arrancada e deve ser considerado como ponto fundante de um processo de aprendizagem por aquele que ensina.

Para ele,

O amanhã nem é a repetição necessária do hoje, como gostariam que fosse os dominadores, nem tampouco é algo preestabelecido. O amanhã é uma possibilidade que precisamos trabalhar e por que, sobretudo, temos de lutar para construir. (FREIRE, 2000, p. 42).

Pensar educação pressupõe a necessidade de um recorte filosófico-antropológico, ainda, que se inicie pensando "sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental

onde se sustente o processo de educação.” (FREIRE, 1979, p. 14), pois a formação de um sujeito crítico e autônomo emerge de uma abordagem histórico-cultural.

Para ele

nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto, na medida em que as lutas para a transformação social são singulares e diferenciadas em função de cada contexto e do projeto utópico de cada grupo social (FREIRE, 1981, p. 14-15).

Dermeval Saviani (Santo Antônio de Posse, 25/12/1943)

Como analista dos processos de ensino-aprendizagem e da educação sempre teve por horizonte as questões da inclusão social do educando; através dos seus escritos é possível perceber o sistema educacional no país, a partir de uma análise histórica dos fatos e que o binômio – relação e transmissão de conhecimentos – não se apresentam de forma inocente. Sua análise crítico-social e/ou histórico-crítica dos conteúdos modela um conceito de educação no qual se evidencia o lugar da escola como mediadora, exercendo destacado papel nas proposições da legislação educativa brasileira e pautando as pesquisas em nível de pós-graduação na educação brasileira até hoje.

Maria Alice Forachi (1929-1972)

Propõe que na análise dos processos de ensino-aprendizagem o lugar da escola deve ser entendido a partir de uma relação entre a educação e a estrutura social. Também é preciso identificar na sociedade (sejam elas tradicionais ou de classe) as articulações entre a educação e o desenvolvimento econômico. Segundo a autora, compreender processos que envolvam a escola implica em não reduzir a análise desta instituição aos seus aspectos internos “[...] Pelo contrário, é da maior importância compreender a dinâmica do grupo escola através das conexões que estabelece com outros sistemas sociais” (FORACCHI; PEREIRA, 1977, p. 101).

Tomaz Tadeu da Silva (Siderópolis, SC, 7/03/1948)

O pensar deste autor se desenvolve a partir do esgotamento das assim chamadas “teorias críticas”, ou daquilo

que se caracterizou por movimento crítico sobre Educação (marxismo, sociologia crítica, freireana).

Sua reflexão parte da revisão dos Estudos Culturais, do pós-estruturalismo e da pós-modernidade e busca traçar as implicações, para a teoria curricular, de uma concepção da diferença, mais no sentido filosófico, visto que os conceitos totalizantes da modernidade (saber totalizante, progresso cumulativo, sujeito racional, livre e autônomo) são inoperantes e dificultam a compreensão da realidade contemporânea. Importante destacar que o autor situa o currículo como artefato cultural complexo e que sua análise passa a ser fundamental para compreender que em educação o currículo não está desvinculado de relações sociais e de poder.

Em termos de teoria do currículo assinala o pensar em três elementos centrais a serem considerados: a questão do conhecimento e do pensamento, a questão da subjetividade e da subjetivação e a questão do poder ou da força. É relativamente a esses três elementos que teorias filosóficas de autores como Jacques Derrida e Giles Deleuze podem nos servir de inspiração.

O “espaço de atuação” começa justamente naquele ponto em que cessam os pressupostos de estabilidade e de certeza das teorias críticas. O fim dos fundamentos não é o fim da política, mas o seu começo transformando completamente as noções de conhecimento/pensamento, de subjetividade/subjetivação, de poder/força. É aí, na intersecção desses três elementos centrais do currículo, que a teoria educacional ganha outra perspectiva, pois ao problematizar o sujeito como – ser humano – este é apresentado como resultado de uma de uma construção (teórica, social, cultural) mais complexa e não apenas na separação relativa às formas de poder/força das relações sociais.

Considerações Finais

A convergência no pensar destes autores, homens na maioria, é um constructo artificial e só pode ser feito na medida em que a sociologia da educação, como área de conhecimento, permite e possibilita o diálogo e a compreensão de que as políticas pedagógicas não se fazem no terreno do dado, do fixo, do absoluto, mas justamente no terreno do questionável, do variável, do ordinário, do imanente.

O conjunto de fragmentos ou modos de compreender até aqui organizados tem uma razão de ser: evidenciar e/ou ressignificar o conceito de educação. Como categoria analítica precisa ser compreendida na sua dupla dimensão: de imperativo normativo (a questão de que conhecimento deve ser preservado) e ético (a questão valorativa baseada em princípios e não na prescrição burocrática de documentos) e não somente nos seus aspectos de forma ou razão instrumental.

Pois se até recentemente, a sociologia da educação proporcionava um modo de compreender ao assumir a escola e o currículo como formas determinadas pelas relações sociais (no qual o conceito de cooperação entre sujeitos sociais – alunos e professores – designava um estágio da modernidade e de desenvolvimento sociocultural), hoje as mudanças, o movimento, a circulação de capitais, bens, serviços, informações impactam sobre um modo de pensar o trabalho docente proposto pela sociedade digitalizada (cultura digital) sem contudo reverter os efeitos perversos do presente que se evidencia como uma crise institucional profunda da própria sociedade atual, assim como dos processos de ensino-aprendizagem.

“Educação” é processo social, aberto, plural que se materializa no encontro do tu, aquele que aprende com o eu (aquele que ensina) e desta condição de interação social praticada por homens concretos e de maneira coletiva se constrói o conhecimento. Enquanto práxis social tem valor axiológico que vai além de um projeto econômico, na medida em que tem por finalidade a emancipação e a autonomia daquele que apreende e daquele que ensina. Juntos ensinamos e aprendemos.

Referências

COUTINHO, L. G.: A terceira revolução industrial e Tecnológica. **Economia e Sociedade 1**. Campinas, Instituto de Economia UNICAMP, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975a.

_____. **O desafio educacional.** São Paulo, Cortez, 1989.

_____. Universidade e talento. **Revista Adusp**, n. 4, p. 8-11, out. 1995.

FORACCHI Maria Alice; PEREIRA, Luis. **Educação e Sociedade:** leituras de sociologia da educação. São Paulo: Cia Ed Nacional, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Buenos Aires: Tierra Nueva, 1975. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987).

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação** – cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 5, n. 1, São Paulo, 1991.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2010.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.